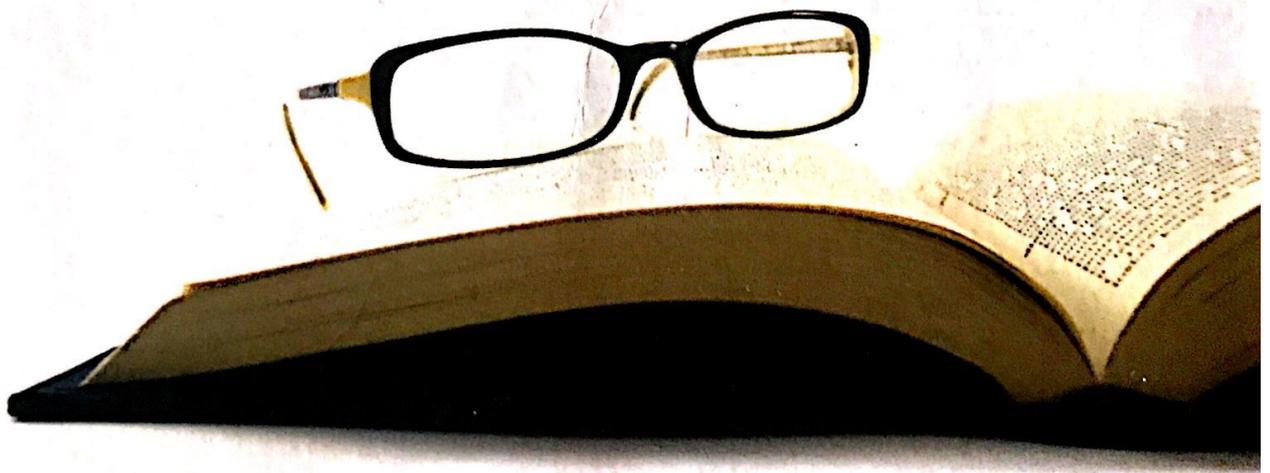
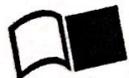


Christiane Kleinübing Godoi
Rodrigo Bandeira-de-Mello
Anielson Barbosa da Silva
(Organizadores)

PESQUISA QUALITATIVA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Paradigmas, Estratégias e Métodos



 **Editora
Saraiva**
www.saraivauni.com.br

Contribuições da história oral à pesquisa organizacional

Elisa Yoshie Ichikawa
Lucy Woellner dos Santos

■ Introdução

Nos últimos anos, os Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad) têm contemplado discussões muito ricas sobre novas formas de se olhar e abordar os estudos organizacionais. Questões teóricas e metodológicas contemporâneas têm surgido com bastante força, com ênfase em metodologias qualitativas, como interacionismo simbólico, etnografia, *grounded theory*, além de discussões de conceitos como cultura, identidade, imaginário, entre outros.

É dentro desse contexto e dessa pluralidade de enfoques que este texto se insere, trazendo para discussão as possibilidades do uso da história oral dentro dos estudos organizacionais. Se até algum tempo atrás a Administração se voltava preponderantemente para os estudos quantitativos, a valorização recente dos estudos de cunho mais qualitativo obrigou os pesquisadores da área a se voltarem para as disciplinas das ciências humanas e sociais, principalmente psicologia, sociologia e antropologia.

Talvez por ser entendida, equivocadamente, como *estudos sobre fatos passados*, já acontecidos e analisados muitas vezes dentro de uma cronologia insípida, a História, de forma geral, sempre foi relegada pelos estudiosos das organizações. E sendo a Administração uma disciplina um tanto quanto pragmática e

voltada principalmente para o presente e para o futuro, possivelmente ela nunca tenha se interessado em compreender e analisar historicamente o contexto organizacional vivido.

O objetivo deste capítulo, portanto, é mostrar que a História pode enriquecer mais ainda os estudos organizacionais, através de um método que privilegia a história do tempo presente, através da narrativa ou a história oral dos sujeitos sociais. Este texto mostra que, em grande parte, a história oral tem privilegiado vozes esquecidas pela história oficial: os iletrados, as minorias, as mulheres, os camponeses, os operários. Se não é utópica a visão de organizações mais democráticas, com a perspectiva de maior participação de uma diversidade de grupos ou de grupos de empregados menos privilegiados, a história oral pode ser uma maneira de criar um canal de comunicação para ouvir esses segmentos. Ouvir suas reivindicações, angústias, sugestões, críticas e apreender seus pontos de vista pode contribuir para a melhor compreensão da vida organizacional contemporânea.

■ 6.1 O que é a história oral

A história oral é a história do tempo presente, pois implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado. O sentido do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nesta medida, ela não só oferece uma mudança no conceito de História; mais que isso, dá um sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a seqüência histórica e a sentir-se parte do contexto em que vivem.

A história oral é também uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio exclusivo da documentação escrita e oficial. Ela se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo um compromisso com o contexto social.

Para Bom Meihy (1996), há três modalidades de história oral: a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral. Na história oral de vida, o sujeito tem mais autonomia para dissertar o mais livremente possível sobre

sua experiência pessoal; a ele é dado espaço para que sua história seja encadeada segundo a sua vontade. Na história oral temática há maior objetividade: a partir de um assunto específico e preestabelecido, busca-se o esclarecimento ou a opinião do entrevistado sobre um evento dado. Tem características bem diferentes da história oral de vida, pois detalhes da vida pessoal do narrador só interessam se revelarem aspectos úteis à informação temática central. Na tradição oral, o foco é a permanência dos mitos, a visão de mundo de comunidades cujos valores são filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto que se manifestam no folclore e na transmissão geracional (Bom Meihy, 1996).

A grande potencialidade da história oral, segundo Freitas (2002), é que ela permite a integração com outras fontes, a confrontação de fontes escritas e orais e sua utilização multidisciplinar. Como surgiu, se desenvolveu e quais as suas perspectivas é o que veremos a seguir.

6.1.1 Como tudo começou

A primeira experiência da história oral como atividade organizada é de 1948, quando o professor Allan Nevis lançou *The oral history project*, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, quando a combinação de avanço tecnológico e a necessidade de propor novas formas de captação de experiências importantes, como as então vividas pelos combatentes, familiares e vítimas dos conflitos, passou a indicar uma nova postura dos pesquisadores em face das entrevistas (Bom Meihy, 1996).

Na época, o rádio já era um importante meio de divulgação e as entrevistas tornaram-se populares. O jornalismo, portanto, deu um empurrão significativo para o avanço da história oral. Os primeiros programas só entrevistavam pessoas de destaque, e apenas mais recentemente é que os grupos menos favorecidos começaram a integrar a ordem de prioridades dos pesquisadores. Revistas e jornais ajudavam a divulgar os depoimentos, juntamente com as fotografias (Bom Meihy, 1996).

Do outro lado do Atlântico, na Inglaterra, outros movimentos faziam avançar a história oral. À medida que a África colonial caminhava para a independência, as nações necessitavam de uma história própria. A partir da década

de 1950, liderados pelo estudioso belga Jan Vansina e pelos ingleses John Fage e Roland Oliver, os historiadores começaram a coletar seu próprio material oral, juntamente com os antropólogos, com eles trocando experiências de métodos e interpretação. Além disso, a ascensão do movimento operário, com um governo trabalhista em 1945, acarretou um interesse muito grande pela história operária, acompanhado de um grande entusiasmo pela classe trabalhadora da Grã-Bretanha (Thompson, 1992).

Para Thompson (1992), contudo, a influência fundamental veio através de uma nova sociologia, na década de 1950, que se preocupava não só com a pobreza, mas também com a cultura da classe operária e a comunidade em si mesma. Alguns desses estudos, como *The family life of old people*, de Peter Townsend, e *Education and the working class*, de Brian Jackson e Dennis Marsden, usam memórias individuais da classe operária em suas análises. Essa convergência entre sociologia e história foi estimulada pelas novas universidades surgidas na década de 1960, com suas experiências interdisciplinares e a rápida expansão de uma sociologia que demonstrava crescente interesse na dimensão histórica da análise social.

De lá para cá, a história oral tem crescido rapidamente em todo o mundo. O *boom* foi nos Estados Unidos, no final dos anos 1960 e início dos 70, que originou a Oral History Association, em 1967, com sua publicação anual, a *Oral History Review*. Houve uma proliferação de programas de história oral em outras universidades americanas (como na Universidade da Califórnia, em Los Angeles e Berkeley), nos centros de pesquisa e nas instituições ligadas aos meios de comunicação. O país ainda hoje tem importantes projetos governamentais, mas dizem respeito principalmente às Forças Armadas e à experiência de guerra. Em consequência, o financiamento privado tem sido preponderante, com ênfase no registro de pessoas que provavelmente deixarão registros escritos: as elites nacionais e locais. Para Thompson (1992), os padrões de patrocínio – e os pressupostos políticos a eles subjacentes – têm sido fatores fundamentais na forma assumida pelas pesquisas utilizando história oral nos Estados Unidos.

Na Inglaterra, a *Oral History Society* constituiu-se em 1973 e em menos de seis anos tinha perto de seiscentos membros. A história oral inglesa cresceu onde subsistia uma tradição de trabalho de campo em sua própria história,

como a história política, a história operária e a história local, ou onde os historiadores entram em contato com outras disciplinas de trabalho de campo, como a sociologia e a antropologia. A visão inglesa de história oral é a de que é preciso romper com a idéia de que a pesquisa histórica é propriedade dos historiadores, uma vez que os trabalhadores e as pessoas comuns também podem fazer história. Apesar desse perfil inovador, o financiamento à pesquisa diminuiu na Inglaterra desde a recessão econômica da década de 1970, comprometendo o avanço da história oral, que só instituiu seu *National Sound Archive* nos anos 1980, enquanto países como Canadá, Austrália e Estados Unidos iniciaram a coleta de material de história oral já na década de 1950 (Thompson, 1992).

Na América Latina, em grande parte dos países, as primeiras iniciativas com projetos de história oral partiam do pressuposto de que havia necessidade de se *fazer uma outra história*: a história dos iletrados, dos vencidos, dos marginais e das minorias, como negros, mulheres e operários. Na Costa Rica, de 1976 a 1978, a Escola de Planejamento e Promoção Social da Universidade Nacional organizou o primeiro concurso nacional de autobiografias de camponeses. No Equador, na Bolívia e na Nicarágua, realizaram-se na mesma época pesquisas orais sobre o mundo camponês. Na Argentina, o restabelecimento da democracia em 1983 fez multiplicar os projetos orais (Schwarztein *apud* Joutard, 2001). O Brasil é um caso à parte.

6.2 A história oral no Brasil

Na visão de Bom Meihy (1996), a história oral tardou a se desenvolver no Brasil por dois fatores básicos: a falta de uma tradição institucional não acadêmica para desenvolver projetos registradores das histórias locais e a ausência de vínculos universitários com os localismos e a cultura popular.

Além disso, para o autor, os compromissos internos de cada disciplina universitária, como a sociologia e a antropologia, ficaram marcados muito fortemente, impossibilitando o diálogo entre os campos que tratavam de depoimentos, testemunhos e entrevistas. Quando a história oral despontou como opção no Brasil, mostrou-se suscetível de ser filtrada pela academia apenas

quando as fronteiras disciplinares perderam seus exclusivismos, já sob a luz do debate multidisciplinar (Bom Meihy, 1996).

No plano internacional, a história oral fluiu nos anos 1960, motivada pela contracultura e combinada com os avanços tecnológicos que, na esteira das pesquisas espaciais, estiveram atentas à gravação de sons, às fotografias e outras formas de registros visuais e auditivos. No Brasil, o golpe militar de 1964 coibiu a gravação de experiências, de opiniões ou depoimentos, criando um descompasso com o movimento que ocorria em outros países.

Para Bom Meihy (1996), foi somente com a abertura política, no início dos anos 1980, que houve possibilidade de recuperar o tempo perdido. Museus, arquivos, grupos isolados e, principalmente, a academia manifestavam certa ansiedade na busca de entendimento para promover debates em torno da história oral.

Antes disso, em 1975, houve um esforço da Fundação Ford que, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, tentou sem sucesso estruturar uma organização ampla e de alcance nacional. Mas por que uma fundação estrangeira teria o desejo de abrir uma área nova de produção de estudos no Brasil?

Na realidade, México e Brasil foram os países escolhidos pela Fundação Ford. São os dois maiores países da América Latina, e, no caso do Brasil, o modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo golpe militar de 1964 afigurou-se como uma alternativa a ser imitada que poderia atrair os olhares de estudiosos estrangeiros. Em 1959, quando Fidel Castro subiu ao poder, os Estados Unidos passaram a olhar para o continente com preocupação e constataram que a concessão de recursos poderia permitir que experimentos intelectuais fossem tentados, mas deveriam ser dirigidos no sentido de prevenir o advento de novos focos comunistas (Bom Meihy, 1996a).

Dessa aventura resultou um programa pioneiro da história oral brasileira, um dos mais importantes em vigor desde a década de 1970, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) do Rio de Janeiro, que passou a captar depoimentos da elite política nacional. Pelo modelo importado, inspirado no *Oral history program* da Universidade de Columbia, e contextualizado nos anos pesados da ditadura política, o programa de história oral do CPDOC não

atingiu o público, apesar de ser referência obrigatória para qualquer estudo sobre história oral brasileira (Bom Meihy, 1996; 1996a).

O patrocínio da Fundação Ford não conseguiu superar os entraves gerais ao desenvolvimento da história oral em nível amplo no Brasil. Em um período em que *dar depoimentos* era algo perigoso, porque confundido com *prestar declarações*, não seria possível realizar projetos que tinham como alvo primordial narrativas pessoais e versões muitas vezes comprometedoras e incômodas. Logicamente, apenas dois tipos de registro se viabilizaram então:

- 1) os estudos voltados para o passado remoto e com níveis de desconexão do presente;
- 2) os trabalhos sobre as elites instaladas no poder (Bom Meihy, 1996a).

Não faltaram críticas ao CPDOC sobre o exclusivismo dos trabalhos sobre a elite política. Nos anos 1980, buscou-se, então, aliar à experiência norte-americana, inspiradora do projeto, fundamentos dos pressupostos europeus. A nova esquerda inglesa, com sua proposição de dar voz aos vencidos, e a Nova História francesa criaram uma dinâmica, até então inexistente, para a história oral brasileira (Bom Meihy, 1996a).

Nos anos 1990, a história oral experimentou no Brasil uma expansão quantitativa mais significativa. A multiplicação dos seminários e a incorporação da disciplina em cursos de pós-graduação são indicativos importantes da vitalidade e do dinamismo da área. Em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral e a publicação de seu Boletim tem estimulado a discussão entre pesquisadores e praticantes de história oral em todo o país (Ferreira e Amado, 2001).

Na visão de Ferreira e Amado (2001), também houve mudanças qualitativas na produção recente ligada à história oral no país. No início dos anos 1990, havia forte presença da comunidade acadêmica nos projetos de história oral, sendo pouco expressiva a participação de grupos sindicais, de associações de moradores, de empresas e mesmo de arquivistas. Havia uma maioria absoluta de historiadores e, embora as pesquisas junto a minorias ou a grupos menos favorecidos constituíssem uma tradição, não há registros de um domínio marcante de estudos voltados para as camadas populares. Hoje, o

número de historiadores ligados à academia ainda prevalece, mas também entraram em cena os pesquisadores vinculados a órgãos da administração pública e entidades de classe, além dos arquivistas. Houve um aumento na produção dos estudantes de graduação, mestrado e doutorado, e também no número de estudos voltados para as camadas populares.

De acordo com Portelli (2002), a história oral brasileira está hoje situada num contexto histórico e social em que a relação com a pluralidade de culturas orais, sejam tradicionais, urbanas ou contemporâneas, é muito mais intensa e comum do que na Europa e na América do Norte, o que confere a ela uma dimensão intrinsecamente interdisciplinar, na qual história, antropologia, música, folclore e etnografia estão de tal maneira entrelaçados que não é mais possível definir os tradicionais limites entre as disciplinas.

Isso tudo desenha um quadro animador para a história oral: trata-se de uma área de pesquisa que se projeta, ganha novos adeptos, multiplica seus temas. Há, no entanto, um ponto que é motivo de preocupação, tanto aqui como em outros países: o caráter ainda limitado da reflexão e da discussão metodológica, a despeito dos inegáveis avanços desde as primeiras experiências conduzidas nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial.

6.3 Sobre o status da história oral: disciplina, método ou técnica?

De acordo com Bom Meihy (1996), houve uma época em que a história oral não era bem aceita pela comunidade intelectual em vários países. Então, alguns autores retraçaram o trajeto da oralidade, remontando a uma genealogia baseada no pressuposto de que os primeiros historiadores, como Heródoto, o pai da História, estabeleceram a participação pessoal, o testemunho, como a base para descrever a verdade do que se via. Pode-se dizer que o método de Heródoto foi a base para o ramo de história oral conhecida como história oral pura, ou seja, aquela que trabalha exclusivamente com depoimentos colhidos no contato direto com documentos criados, em todas as fases, pelos próprios oralistas.

Tucídides duvidava do método de Heródoto. Ele achava impossível definir a *verdade* simplesmente pela observação e pelos depoimentos colhidos

diretamente; preferia não confiar na memória, que considerava falível e muitas vezes partidária, dependente das simpatias dos depoentes. O método tucidia-no consistia em proceder a exames que combinavam testemunhos de outras fontes. Este critério – que não descartava os depoimentos – pode ser considerado como inspirador de outro ramo da história oral, conhecido por história oral híbrida (Bom Meihy, 1996).

O sentido testemunhal da história procedida pelos antigos equiparava o contato pessoal, a observação direta com a seleção de fatos feita pelo historiador. À medida que se impunha o distanciamento dos acontecimentos imediatos, mais que isso, a evocação de situações distantes, surgiu a necessidade de credibilidade documental. O império romano, dada a sua vastidão territorial e a complexidade das culturas dominadas, exigiu uma burocratização que implicava, para melhor controle e domínio, conhecimentos históricos. A História, então, não poderia mais ser apenas testemunhal (Bom Meihy, 1996).

Ainda segundo Bom Meihy (1996), no século XIX, sob a orientação das correntes filosóficas do positivismo, que sagrava o modelo científico como padrão para o saber, isso foi levado a um exagero extremo, permitindo que alguns intelectuais vislumbrassem a possibilidade de elaborar História somente a partir de documentos escritos, posto que só eles guardariam em si a verdade.

Prins (1992, p. 164) cita autores que, no extremo dessa posição, ou seja, partindo do pressuposto de que a menos que haja documentos não pode haver História, declararam que a África não possuía história, “apenas evoluções sem sentido de tribos bárbaras”. Contraopondo-se a essa posição, a autora se une a outros autores e declara: “onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica” (Vanzina *apud* Prins, 1992, p. 165).

Sempre que se fala em história oral, portanto, há uma discussão historiográfica que diz respeito à qualificação do elemento essencial desta matéria, ou seja, a palavra falada. O prestígio dominante da palavra escrita sobre a oral impôs uma guerra entre esta e os códigos grafados que acabou por dividir a sociedade em alfabetizados e não alfabetizados. Desde os primeiros tempos, começando pelos egípcios, a palavra escrita ganha valor em detrimento da oral, que passa a ser considerada recurso vulgar. Na Idade Média, com os monges copistas, isso ficou ainda mais óbvio. Inventada a imprensa, o valor da

palavra escrita sobrepujou, e muito, a palavra falada. No século XIX, ciência e literatura apoiavam-se na palavra grafada para garantir a sua credibilidade. Esse trajeto implicou uma espécie de ditadura da palavra escrita que até hoje contrasta com a fragilidade da palavra oral (Bom Meihy, 1996).

Segundo Janotti (1996), a esta epistemologia opuseram-se historiadores franceses e ingleses, propugnando, em meados do século XX, por uma nova História, livre de cânones rígidos, em que a história do presente, do cotidiano e da experiência individual adquiria significativa importância. Muito contribuiu para esta inovação o pensamento dos intelectuais da chamada Escola de Frankfurt. O tema da memória, juntamente com o da cultura, passaram a ser, para os historiadores, um desafio e motivo de renovada criação. Desde então, muita discussão tem surgido a respeito do *status* da história oral. Alguns argumentam ser a história oral uma técnica; outros, uma disciplina; e outros, ainda, um método.

Os defensores da história oral como técnica interessam-se pelas experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas e o aparato que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo etc. Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais; muitos são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral escritas) e que utilizam as entrevistas de forma eventual, sempre como fontes de informação complementar. A essas pessoas, entretanto, somam-se as que efetivamente concebem a história oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica (Ferreira e Amado, 2001).

Para Ferreira e Amado (2001), os que atribuem à história oral o *status* de disciplina, baseiam-se em argumentos complexos e, às vezes, contraditórios. Todos, entretanto, parecem partir de uma idéia fundamental: a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos; esse conjunto, por sua vez, norteia as duas outras instâncias, conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo de conhecimento.

E quais conceitos, idéias, características e direções integrariam a história oral, permitindo-lhe conferir o *status* de disciplina? Para Mikka (*apud* Ferreira e Amado, 2001):

- O testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória; isso faz com que o pesquisador leve em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como por exemplo, as relações entre escrita e oralidade, memória e história ou tradição oral e história.
- O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, prisioneiros, loucos... Essa característica permitiu, inclusive, que uma vertente da história oral tenha se constituído ligada à história dos excluídos.
- Na história oral existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, levando o pesquisador a afastar-se de interpretações fundadas na rígida separação entre sujeito e objeto de pesquisa e buscar caminhos alternativos de interpretação.
- A pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, legitimados como fontes, incorporando elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas – porque estão relacionados tradicionalmente apenas com o indivíduo – como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano.
- A história do tempo presente, a perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas.
- Para a história oral, o objeto de estudo é recuperado e recriado através da memória dos informantes: a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes.
- O fato de a história oral ser largamente praticada fora do mundo acadêmico pode gerar tensões, pois as perspectivas e os modos de trabalho acadêmicos e não acadêmicos diferem muito; porém, essa pluralidade (uma das marcas da história oral em todo o mundo), se aceita, pode gerar um rico diálogo.

Ferreira e Amado (2001), por sua vez, são defensoras da história oral como método. As autoras aceitam em linhas gerais as idéias de Mikka (*apud* Ferreira e Amado, 2001), mas não reconhecem, na história oral, uma área de

estudos com objetivo próprio e capacidade de gerar, no seu interior, soluções teóricas para as questões surgidas na prática – por isso não poderia ser considerada uma disciplina. Para expressar essa idéia, Trebitsch (1994, p. 19) cita uma frase de Louis Starr ao caracterizar o que vem a ser a história oral: “mais do que uma ferramenta, e menos do que uma disciplina”.

Na opinião de Ferreira e Amado (2001) a história oral, como método, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um na pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o pesquisador relacionar-se com os entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho. Esse é o terreno da história oral – o que não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar* questões. Ela formula as perguntas, mas não pode oferecer as respostas.

As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na teoria, seja a teoria da História ou oriunda de outras disciplinas como a filosofia, a sociologia e a psicanálise. Seja qual for a disciplina a que se recorra, o pesquisador encontrará nela os encaminhamentos para as suas questões, pois ela tem a capacidade de pensar abstratamente questões oriundas da prática, filtradas pelo método, produzindo conceitos que iluminam sua compreensão (Ferreira e Amado, 2001).

A visão do pesquisador sobre essas questões faz uma colossal diferença em como a história oral será desenvolvida numa dada pesquisa. Se considerá-las apenas como técnica, sua preocupação se concentrará exclusivamente em temas como organização de acervos e realizações de entrevistas, temas que em si são relevantes, mas estão muito aquém das possibilidades da história oral (Ferreira e Amado, 2001).

Se as vir como disciplina, há dois caminhos a seguir: esquecer as questões exclusivas da teoria, deixando de abordá-las no trabalho, ou tentar encontrar respostas para elas apenas no âmbito da história oral. No primeiro caso, o resultado serão os numerosos trabalhos-*chão*, com conclusões óbvias – por que coladas aos dados das entrevistas, sem possibilidade de elaboração teórica, limitando-se a reproduzir as palavras dos entrevistados, sem conseguir problematizar qualquer aspecto da pesquisa. No segundo caso – buscar respostas

teóricas no âmbito da história oral –, o resultado é ainda mais danoso, uma vez que não é possível explicar algo sem os meios adequados para fazê-los. Ou seja, explicar questões teóricas pela via da metodologia (Ferreira e Amado, 2001).

Em consonância com a posição defendida por esses autores, consideramos também a história oral como um método, capaz de orientar e sistematizar a busca de respostas aos problemas de pesquisa definidos a partir de um referencial teórico. E sendo assim tem como principal técnica a entrevista de história oral.

■ 6.4 A entrevista de história oral

A base da história oral é o depoimento gravado; portanto, os três elementos que constituem a condição mínima da história oral são: o entrevistador (que pode ser mais de um), o entrevistado (que podem ser vários) e a aparelhagem de gravação (que pode ser apenas de som, como também de imagem com filmagens, envolvendo outros participantes, além do entrevistador, e com outras implicações).

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de pessoas a ser entrevistadas, com um planejamento da condução das gravações, a transcrição, a conferência do depoimento, a autorização para o uso, arquivamento e a publicação dos resultados, que em geral são antes devolvidos aos entrevistados para revisão. Ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro, a história oral é considerada uma fonte relevante para a compreensão da realidade. E as entrevistas constituem a sua base.

Na descrição de Lang (1996), as entrevistas de história oral consistem em um processo de conversação entre o pesquisador e o narrador, no qual o indivíduo é a fonte dos dados – ele conta sua história ou dá o seu depoimento –, mas não constitui, ele próprio, o objeto do estudo; a matéria-prima para o trabalho do pesquisador é a narrativa do indivíduo entrevistado; é por meio dela que o pesquisador tenta apreender as relações sociais em que o fenômeno relatado e seu narrador estão inseridos.

Alberti (2002) argumenta que a narrativa é um dos principais alicerces da história oral, que pressupõe a gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, instituições e modos de vida da história contemporânea. Ao contar suas experiências, o entrevistado seleciona e organiza os acontecimentos de acordo com seus referenciais do tempo presente, imprimindo-lhes um sentido e transformando em linguagem aquilo que foi vivenciado. As entrevistas de história oral revelam o trabalho da linguagem de cristalizar imagens que remetam à experiência e que a signifiquem novamente. Esses relatos do passado, na opinião de Alberti (2002, p. 2), tornam as entrevistas especialmente ricas. A propósito disso, ela cita o historiador Lutz Niethammer, para quem “as histórias dentro da entrevista são o maior tesouro da história oral porque nelas se condensam esteticamente enunciados objetivos e de sentido”.

Alberti destaca, contudo, que “uma entrevista contém não apenas histórias dentro dela, mas também análises e avaliações do passado e do presente, silêncios, interditos e toda uma série de elementos que podem informar sobre visões de mundo e elaborações subjetivas”. E lembra que,

[...] quando nos deparamos com “boas histórias”, histórias exemplares que se prestam muito bem a serem citadas, é porque seu sentido está coagulado à forma; seu significado se compreende à medida que se desenvolve a própria narrativa, e não quando se pode traduzi-las por uma “moral” ou reduzi-las a um conceito. (2002, p. 2.)

Portanto, Alberti (2002) propugna as potencialidades da história oral como método de pesquisa para a ampliação do conhecimento sobre o passado, tomando como ponto privilegiado de análise a questão da narrativa, não apenas como o relato de uma ação no tempo, mas também como o trabalho da linguagem em produzir racionalidades.

6.4.1 O que é a entrevista de história oral

A entrevista de história oral deve ser vista como uma das etapas do projeto. A partir da definição do tema e da realização de uma pesquisa bibliográfica

sobre o assunto, deve-se elaborar um roteiro geral/temático, amplo e abrangente, para ser utilizado em todas as entrevistas. A aplicação desse roteiro não deve ser feita de forma rígida, uma vez que cada entrevista tem sua própria dinâmica e em cada uma caberão perguntas diferentes, e porque muitas questões emergirão naturalmente do próprio discurso do depoente (Freitas, 2002). Porém, o roteiro pode ajudar a garantir uma certa unidade dos documentos produzidos nas transcrições, além de guiar os pesquisadores para que questões consideradas importantes sejam efetivamente abordadas pelos entrevistados.

Segundo Bom Meihy (1996), a entrevista é composta de pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. A pré-entrevista corresponde à etapa de preparação do encontro com o entrevistado, no qual o pesquisador se apresenta, expõe as informações sobre seu projeto de pesquisa e situa a colaboração do entrevistado, revelando, inclusive, as indicações de como chegou até o seu nome. Nessa etapa, a entrevista é agendada sempre de acordo com a conveniência do entrevistado – local, data e horário. Nesse momento, o entrevistado também deve ser consultado sobre a concordância de que seu depoimento seja gravado. Esse primeiro contato, de apresentação e convite, normalmente acontece por telefone.

Antes do início da entrevista, o gravador deve ser testado, bem como as fitas que serão utilizadas. Para Montenegro (1994), no início da entrevista, deve haver uma conversa de esclarecimento com o entrevistado para que ele compreenda por que, para que e para quem ele está registrando suas memórias. Também, antes de começar a entrevista, deve-se assegurar ao entrevistado o direito de não falar sobre o que não lhe for conveniente, bem como solicitar o desligamento do gravador quando considerar oportuno, ou mesmo suprimir trechos da entrevista gravada.

Na hora de começar a entrevista, deve-se gravar o nome do projeto, data, local, horário e nome do entrevistado. Alguns pesquisadores preferem preencher uma ficha com o nome completo, data e local de nascimento, endereço atual e data em que a entrevista está sendo realizada. A experiência das autoras recomenda que, ao final da entrevista, deve-se solicitar ao entrevistado autorização para utilizar suas falas e analisar o conteúdo das entrevistas. A autorização será gravada e transcrita como parte da entrevista. Montenegro (1994), ao contrário, recomenda que o entrevistador solicite, por escrito, autorização para divulgar a entrevista; neste caso, caberá ao entrevistado decidir se assina a autorização no final da entrevista ou se só o fará após a sua transcrição.

O tempo de duração da entrevista é um aspecto importante a ser cuidado. No caso da entrevista de história oral temática, o tempo demandado não deve ser muito longo, uma vez que existem questões que delimitam o foco da entrevista. Contudo, há situações em que o entrevistado necessita mais tempo para elaborar suas memórias; nesse caso, se ambos, entrevistado e entrevistador, julgarem necessário, podem marcar uma nova data, novo horário e novo local para dar continuidade ou concluir a entrevista. Também as entrevistas de história de vida costumam exigir mais tempo. Bom Meihy (1996) sugere que, nesses casos, seja utilizada a divisão cronológica do trajeto existencial do entrevistado para organizar as partes do depoimento (em uma seção tratar da infância, em outra da adolescência, em outra a questão central que motivou o encontro e assim por diante).

Ainda sobre as entrevistas que não se concluem em um único encontro, Bom Meihy (1996) adverte que o narrador, de um dia para o outro, pode elaborar suas versões e perder a naturalidade, construindo versões distanciadas das primeiras. Outra possibilidade destacada pelo autor é o narrador querer mudar aspectos relatados no encontro anterior.

Outra questão relevante, apontada por Montenegro (1994), diz respeito ao trabalho de rememorar, que se estabelece através do diálogo entre entrevistador e entrevistado. Segundo ele, o entrevistador deverá colocar-se na postura de parceiro das lembranças, de facilitador do processo de resgate das marcas deixadas na memória pelo passado. O autor enfatiza um dos postulados fundamentais que devem balizar todo profissional disposto a registrar a memória através de entrevistas: a fala do entrevistado deve ser absolutamente respeitada. O entrevistador tem obrigação profissional e ética de ouvir tudo o que é descrito com toda a atenção, consciente de que o entrevistado não deve e não tem obrigação de corresponder às expectativas teóricas ou metodológicas da pesquisa, sejam elas quais forem. Cabe ao pesquisador procurar conhecer ao máximo a história em que a memória narrada foi construída, pois assim terá muito mais condições de compreender a fala do entrevistado, bem como intervir nos momentos que considerar necessários.

As perguntas devem ter sempre um caráter descritivo e evitar qualquer indução ou juízo de valor. Devem também ser curtas e deixar claro para o entrevistado que o fundamental são as descrições que ele faz para respondê-las.

É importante não fazer perguntas extensas e analíticas, porque facilmente se perderá a perspectiva de resgate da memória. Contudo, o entrevistador deve interferir quando alguma passagem não parecer clara ou quando algum aspecto chame a sua atenção. Nesse momento, as perguntas devem fundamentar-se na busca de maiores detalhes sobre o que está sendo contado, ou seja, como?, quando?, de que forma?, para quê? (Montenegro, 1994).

Há ainda outro aspecto com o qual o entrevistador deve aprender a conviver: o silêncio. Por diversas vezes o entrevistado se cala: são momentos de profunda introspecção. Montenegro (1994) sugere que o entrevistador acompanhe esses momentos, aguardando um gesto, um olhar, um sinal do entrevistado para retomar a entrevista. É alerta, também, para a necessidade de se estabelecer um clima de interesse e tranqüilidade, mesmo que o que estiver sendo relatado não atenda a nenhum objetivo do pesquisador. Muitas vezes, fatos e detalhes considerados de pouca monta se tornam, no conjunto das entrevistas, profundamente significativos, abrindo novas perspectivas de estudo e análise.

Freitas (2002) acrescenta um aspecto que considera relevante: saber ouvir. Para ela, saber ouvir é a característica fundamental do oralista. Entretanto, ela faz uma ressalva: o entrevistador não é passivo nem neutro, pois com suas perguntas ele participa e conduz o processo da entrevista, prepara o roteiro, seleciona as perguntas e introduz as questões que serão abordadas pelo entrevistado. O documento final, portanto, é o resultado de um diálogo entre pesquisador e pesquisado.

A respeito dos estímulos, Montenegro (1994) distingue entre a memória voluntária, que pode emergir por estímulos diretos, e a memória involuntária. Ele aponta para a força da memória involuntária e afirma que os estímulos mais diversos desencadeiam processos de associação e de rememoração que fogem ao controle efetivo do entrevistador. Por isso, sugere desenvolver sempre a entrevista a partir da história de vida, o que possibilita extenso campo de estímulos involuntários e associações.

Outro estímulo que muitas vezes ajuda o entrevistado a acrescentar novos detalhes ou mesmo resgatar outras memórias de um tema sobre o qual esteja dissertando é o entrevistador repetir a última frase dita pelo entrevistado. Ou utilizar expressões como: *ah, foi assim?* Essa técnica informal é normalmente

utilizada em qualquer conversa e poderá servir como motivação para o entrevistado acrescentar novos detalhes ao que ele está narrando ou evocar outras memórias referentes ao assunto. No caso da entrevista com pessoas idosas, após ouvir a narração do entrevistado, o entrevistador pode usar expressões como *e a greve tal?*, *e a Segunda Guerra?*, *e a revolução tal?*, para resgatar aspectos específicos que não foram abordados ou foram de maneira superficial (Montenegro, 1994).

A experiência do pesquisador como entrevistador é um fator importante na condução das entrevistas. Aliada à intuição e à sensibilidade, a experiência possibilita atingir um grau de empatia e cumplicidade que permite estabelecer o diálogo e a interação com o entrevistado (Freitas, 2002).

Ao final da entrevista, aconselha-se fazer um *contrato* com o entrevistado, onde sejam estabelecidos os procedimentos para a utilização da transcrição – se é direta, sem revisão, ou se deve ser devolvida ao depoente para correções, se pode ter complementações, alterações, ou supressão de palavras, frases ou trechos. Bom Meihy (1996) lembra que, após o encerramento da gravação, pode acontecer de o depoente lembrar de algo importante que não foi gravado. Nesse caso, o pesquisador deve pedir a sua autorização para incluir essa observação no texto.

■ 6.4.2 A transcrição da entrevista e suas formas

A transcrição é a etapa do processo de história oral que corresponde à mudança do estágio da gravação oral para a escrita. Bom Meihy (1996) afirma que existem dois tipos de transcrição. Há grupos de profissionais que defendem a transcrição absoluta ou tradicional, que significa a passagem completa dos diálogos e sons tal como foram captados, incluindo ruídos, barulhos alheios aos da entrevista como campainha de porta, telefone, risadas e até mesmo erros de linguagem.

Bom Meihy (1996) diz que é um mito considerar a transcrição palavra por palavra como realidade da narrativa, uma vez que há entonações, palavras de duplo sentido, lágrimas, pausas significativas, gestos e o contexto do ambiente que não ficam gravados. Para ele, a entrevista deve ser editada, e o que deve ser levado a público é um texto trabalhado, no qual fique clara a interferência do pesquisador dirigida à melhoria do texto.

Dessa forma, para Bom Meihy (1996, p. 58), a transcrição literal seria a primeira etapa da transcrição: “o acervo fraseológico e a caracterização vocabular de quem contou a história devem permanecer indicados”. Entretanto, ele propõe outras duas etapas no trabalho de transcrição: a textualização e a transcrição.

A textualização é um estágio mais graduado na feitura de um texto de história oral. Consta dessa tarefa a reorganização do discurso, obedecendo à estruturação requerida para um texto escrito. Nessa etapa, anula-se a voz do entrevistador e são suprimidas as suas perguntas, que são fundidas nas respostas. O texto passa a ser predominantemente do narrador, que figura como personagem única por assumir o exclusivismo da primeira pessoa. Além de possibilitar textos mais agradáveis, esse recurso aumenta o envolvimento do leitor (Bom Meihy, 1991). Além disso, nessa etapa, Bom Meihy (1996) recomenda que palavras-chave sejam grifadas e, juntamente com a reorganização cronológica da entrevista, seja dada uma lógica ao texto.

A última etapa seria a transcrição, na qual o texto é recriado na sua plenitude, evocando os pressupostos da tradução. Com isso, Bom Meihy (1996) afirma que realmente há interferência do autor no texto. E acrescenta que “o fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional [...], com isso valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo” (Bom Meihy, 1991, p. 31). Ele afirma ainda que entrevistas reeditadas são trabalhossas e que no processo ocorrem situações variadas, não raro a complementação de palavras e frases que não foram mais que insinuadas. Adverte, contudo, que, usando esse procedimento, uma atitude se torna vital: a legitimação das entrevistas por parte dos depoentes.

Cabe, contudo, enfatizar que essa posição de Bom Meihy (1991; 1996) não corresponde ao consenso sobre a maneira de realizar transcrição em história oral. Existem formas alternativas que não correspondem nem à transcrição absoluta nem à transcrição. As experiências das autoras indicam que, quando se vai trabalhar com entrevistas de história oral sem publicá-las na íntegra, é suficiente trabalhar com transcrições completas, fazendo menção a interrupções, eventos que interferiram na entrevista e a momentos de emoção, risos ou gestos mais significativos.

6.5 Possibilidades da história oral nos estudos organizacionais

Como já foi comentado, no Brasil, sobretudo na última década, a história oral tem se desenvolvido acentuadamente em centros de pesquisa e universidades de todas as regiões do país, havendo um número muito grande de projetos que a utilizam como método de pesquisa. Alberti (2002) destaca que novos cortes teórico-metodológicos, por exemplo, a ênfase nos estudos biográficos e a discussão de conceitos como identidade, gênero, imaginário, entre outros, têm possibilitado, além de uma aproximação cada vez mais estreita da História com outras disciplinas, a apropriação de novas fontes historiográficas. Nesse cenário, destacam-se diversas modalidades de emprego da história oral: em documentários, conjugando fontes orais e visuais, e no ensino, constituindo sempre uma forma de ampliação do conhecimento sobre as formas de conceber e elaborar o mundo, entre outras.

Para Bom Meihy (1996), a tradição disciplinar de áreas como a sociologia, a antropologia, a história e a psicologia, que sempre trabalharam com depoimentos temáticos e histórias de vida, e de início mantinham seus exclusivismos metodológicos, hoje estão atenuando as fronteiras. Isso acabou por possibilitar a aproximação entre os campos que utilizam as entrevistas e, de certa forma, viabilizou que, sem bordas estabelecidas, tudo o que se relaciona com gravações seja incluído no denominador comum da “história oral”.

Contudo, mesmo com as fronteiras disciplinares perdendo suas exclusividades, e com a discussão sobre história oral já avançando sob a luz do debate multidisciplinar, cada campo do conhecimento, na hora de usar os depoimentos, nega-se a abandonar suas tradições disciplinares. De qualquer forma, para Bom Meihy (1996), é possível afirmar que história oral tornou-se um importante denominador comum para todos os que se aventuram na seara das entrevistas, gravações, arquivamentos e diálogos multidisciplinares.

Dentro dessa diretriz de potencializar a utilização da entrevista de história oral como método, numa visão de multidisciplinaridade, pode-se incluir a Administração nesse conjunto de disciplinas. Tendo por parâmetro o grande número de pesquisas e levantamentos que vêm sendo feitos na pesquisa organizacional e utilizando a técnica da entrevista gravada, é possível inferir, em

primeiro lugar, que parte dessas entrevistas seja de história oral, que têm sido feitas sem que se atribua a elas essa denominação e possivelmente sem seguir os preceitos que regem sua execução, o que as tornariam mais robustas do ponto de vista metodológico.

Quando vamos a campo realizar entrevistas em profundidade, e levantamos com nossos entrevistados aspectos de suas experiências, visões, interpretações, memórias, opiniões, seu entendimento sobre determinado assunto, seus pensamentos, idéias, emoções, sentimentos, percepções, comportamento, práticas, ações, atividades, interações, crenças, compromissos, produtos e relacionamentos como fonte de dados, com certeza estaremos trabalhando com fenômenos que têm muito a revelar sobre a realidade social e têm tudo a ver com a história oral.

Em segundo lugar, é possível afirmar que a pesquisa qualitativa em Administração poderia ser ainda mais enriquecida por meio da adoção da história oral. O argumento é: se a pesquisa organizacional pode valer-se da abordagem historiográfica como método, especialmente o enfoque da Nova História (Curado, 2001) e a biografia das organizações como método de pesquisa organizacional (Salama, 1992), ela pode enriquecer ainda mais com a utilização da metodologia da história oral. Isto porque a história oral é uma história do presente e tem como pressuposto que o passado tem continuidade hoje, ou seja, ele está na vida presente das pessoas. Como grande parte da vida das pessoas acontece dentro das organizações, é na maneira como se institui o passado que se criam as condições imaginárias para a definição dos projetos das pessoas dentro das organizações.

Uma questão importante é que a história oral permite captar as experiências de indivíduos pertencentes a categorias sociais cujas percepções e intervenções geralmente são excluídas da história oficial e da documentação oficial das organizações, deixando registrada a sua visão de mundo, as suas aspirações e utopias e, por extensão, as do grupo social a que pertencem. A história oral tem condições de recuperar a visão das pessoas comuns dentro das empresas – os operários trazem à tona memórias escondidas de um grupo excluído do processo decisório, que de outra forma não seriam levadas em conta nem fariam parte da História. Digamos que seja um modo de construir o conhecimento e reconstituir a identidade e a história recente desses grupos, perante os processos sociais no interior das organizações e o processo de globalização.

Os relatos pessoais, que constituem a matéria-prima da história oral, consistem numa forma de verificar a liberdade que as pessoas têm e observar como funcionam concretamente os sistemas normativos das empresas. Eles possibilitam que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial – os atores anônimos – sejam ouvidos; e ao focalizar suas memórias pessoais, é possível construir também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do seu grupo social, manifestando evidências de uma memória coletiva e deixando registrada sua visão de mundo.

Bom Meihy (1996, p. 9) atribui ainda à história oral o caráter de denúncia e porta-voz de injustiças. Segundo ele, “com isto não se está afirmando que a história oral de elite não tenha valor. Tem sim; terá mais, porém, se conviver com outros grupos”. A importância disso é que o indivíduo que conta sua história ou dá o seu relato de vida não constitui, ele próprio, objeto de estudo; o relato é que constitui a matéria-prima do conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo e da realidade por ele vivida, apreender as relações sociais nas quais sua dinâmica se insere. Portanto, através das percepções individuais, pode-se chegar ao nível das relações sociais (Lang, 1996, p. 37) e de questões organizacionais estratégicas.

6.6 Considerações finais

Vista inicialmente como uma contra-história, uma história contra a tradição positivista, a história oral tinha como ideal reconciliar saber e povo, assumir um projeto de democratização da história para devolver a palavra ao povo, ao rural, ao primitivo. Como história quente, militante, dos excluídos, em que o oral se opõe ao escrito, como a natureza à cultura, o vivenciado ao concebido, o verdadeiro ao artificial, a história oral construiu sua identidade sobre um sistema de antinomias das quais decorrem os seus princípios metodológicos – uso da pesquisa de campo e da observação participante e abertura interdisciplinar para as demais ciências sociais (Trebitch, 1994).

Entre os anos 1960 e 1970, os Estados Unidos tiveram como foco não só ex-combatentes de guerra, como o mundo dos *outsiders*, dos imigrantes, dos

delinquentes, ladrões, prostitutas e gângsteres; a Guerra do Vietnã, os excluídos, a *community history*. A Europa voltou-se para as histórias das aldeias, aos estudos de dialetos, à tradição oral, à cultura do pobre e à formação da classe operária inglesa. Esses estudos desembocaram na nova história social, que abarcou o estudo da vida cotidiana dos trabalhadores, da família, das mulheres, do lazer, da cultura (Trebitch, 1994).

Na Itália e Alemanha predominava a perspectiva militante, diante do fascismo e do nazismo, com pesquisas sobre classes populares, militantes políticos, operários das fábricas, camponeses, expulsos e refugiados, a memória da guerra, o mundo dos vencidos e a crítica à cultura das elites. Essa vertente resultou na *outra história, vista de baixo*: a história do cotidiano, cuja função social e política implica a solidariedade compreensiva do pesquisador e seus objetos, e resulta em uma teoria de ação e construção do social (Trebitch, 1994).

Na França, com a influência muito tênue dos eventos de maio de 1968, o foco voltou-se para a tentativa de dar palavra à criança, ao louco, às minorias sociais, raciais, sexuais, oprimidas. Surge o apelo da vivência, do indivíduo no cotidiano, da família, da sexualidade, do nascimento e da morte, que vai resultar na busca de identidade e na nostalgia passadista, na moda do biográfico e no retorno às raízes (Trebitch, 1994).

A partir dos anos 1980, a história oral que até então era utilizada por uma geração de pesquisadores marginalizados, com trajetórias atípicas, ganha legitimidade entre as ciências históricas, se institucionaliza e se internacionaliza, passando a ser utilizada no Canadá, no Brasil, na Europa central e oriental. As preocupações militantes foram aos poucos dando espaço às preocupações metodológicas, e a história oral passou a estabelecer uma interface cada vez maior entre memória e história cultural e outras disciplinas.

Embora ao longo dos anos a pesquisa nas ciências sociais tenha sido fortemente marcada por estudos que valorizavam a adoção de métodos quantitativos na explicação dos fenômenos de interesse, atualmente tem lançado mão das abordagens qualitativas de investigação. E se dentro das ciências sociais os métodos qualitativos de pesquisa foram tradicionalmente mais utilizados por antropólogos e sociólogos, nos últimos anos começaram a ganhar um espaço reconhecido também em outras áreas do conhecimento, como a psicologia, a educação e os estudos organizacionais.

A pesquisa organizacional privilegiou, durante muito tempo, as análises de documentos e registros elaborados pelas classes dominantes. Observa-se, contudo, novas tendências no sentido de resgatar as perspectivas de análise de indivíduos que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho registrado.

No âmbito desse interesse inovador da nova geração de pesquisadores em organizações, cabe a oportunidade de incentivar a utilização da história oral temática na pesquisa organizacional, como forma de exercitar novas abordagens e ângulos de análise, enriquecendo as possibilidades de trabalhar qualitativamente. Ao levantar as percepções de diferentes participantes das organizações sobre os temas que dizem respeito à pesquisa em Administração, por que não aceitar a sugestão de Freitas (2002) de ir à origem e ao destino de toda a fonte histórica, ao próprio homem, simultaneamente protagonista e autor das narrativas da experiência humana? Segundo a autora, é exatamente isso que a história oral faz: recorre aos personagens vivos para contar a história do presente. Dessa forma, a História, antes relegada ao passado, ganha um gigantesco campo de ação: o contemporâneo. Caberia, portanto, complementar essa ponderação, sugerindo que a pesquisa organizacional, antes afastada da História, ganha uma relevante contribuição metodológica: a história oral.

Referências

- ALBERTI, V. Narrativas na história oral (Proposta de simpósio temático apresentada à Associação Nacional de História – ANPUH –, com vistas à participação no XXII Simpósio Nacional de História, realizado em João Pessoa (PB) em 27 jul.-1º ago. 2003). *Boletim Eletrônico da ABHO*, Especial nº 1, nov. 2002.
- BOM MEIHY, J. C. S. (Re)Introduzindo a história oral no Brasil. In: BOM MEIHY, J. C. S. (Org.). *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996a. 342 p.
- _____. *Canto de morte Kaiowá – história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996. 78 p.
- CURADO, I. Pesquisa historiográfica em Administração: uma proposta metodológica. In: 25º Enanpad 2001. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad. CD-ROM.
- FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. Apresentação. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 277 p.

- FREITAS, S. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, I.O.E., 2002. 143 p.
- JANOTTI, M. de L. M. Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades. In: BOM MEIHY, J. C. S. (Org.). *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.
- JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (Org.). *Usos e Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 277 p.
- LANG, A. B. da S. G. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: BOM MEIHY, J. C. S. (Org.). *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.
- MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória – a cultura popular revisitada*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. 153 p.
- PORTELLI, A. Apresentação. In: FREITAS, S. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas e I.O.E., 2002. 143 p.
- PRINS, G. História oral. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. 354 p.
- SALAMA, A. The use of an organisation's biography as a research method for investigating organisational development. *Management Education and Development*, v. 23, part 3, p. 225-233, 1992.
- THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.
- TREBITSCH, M. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: FERREIRA, M. de M. *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.